

PODER, TRADIÇÃO MILITAR E ARMAS NO CONTEXTO DAS MINAS SETECENTISTAS: INFLUÊNCIAS EUROPÉIAS E INDÍGENAS

*Izabella Fátima Oliveira de Sales**
*Arnaldo José Zangelmi***

Resumo: Esse artigo tem como objetivo discutir as tradições militares e armamentistas européias e suas influências na América Portuguesa, em especial, nas Minas Setecentistas, espaço no qual essas tradições foram adaptadas aos hábitos de luta e armamentos das populações locais. Nessa discussão, enfatizaremos a importância que a posse e o uso de armas desempenharam no processo de conquista e ocupação da região mineradora.

Unitermos: Armas; tradição militar; minas setecentistas

Abstract: This article aims to discuss the armaments and military traditions of Europe and their influence in Portuguese America, especially in Minas Gerais of the eighteenth century, space in which these traditions were adapted to the habits of fighting and weapons of local populations. In this discussion, we emphasize the importance that the possession and use of weapons played in the process of conquest and occupation of the mining region.

Keywords: Weapons; military tradition; Minas Gerais of the eighteenth century

* Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

** Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Introdução

Durante o período de conquista dos sertões auríferos verifica-se a atuação de uma força armada terrestre que englobava características tanto da tradição europeia, especialmente a portuguesa, quanto das comunidades nativas. O uso das armas de fogo era freqüente, porém, os desbravadores também se valiam das técnicas de combate e de alguns armamentos indígenas, além de seus exércitos dependerem consideravelmente do contingente formado pelos próprios aborígenes.

Sendo assim, para compreendermos de maneira satisfatória a importância que a posse e o uso de armas desempenharam para a conquista e o povoamento da Mariana Setecentista - especialmente no que diz respeito à definição dos lugares de mando -, faz-se necessário desenvolver uma reflexão um pouco mais minuciosa sobre a revolução militar europeia, assim como sobre as práticas de guerra características dos povos da América portuguesa, definidas como “Guerra dos Bárbaros” (PUNTONI, 2002).

A análise acima mencionada nos permite observar que os enfrentamentos que marcaram o território das Minas durante o seu período de ocupação, apresentaram tanto elementos de continuidade em relação à tradição europeia, quanto espaços de adaptação ao contexto local, que misturava técnicas brancas com as experiências adquiridas a partir da convivência com os povos locais.

A revolução militar e suas inovações tecnológicas

A influência da tradição europeia na constituição da força bélica no Atlântico está relacionada com a Revolução Militar que ocorreu no Velho Mundo entre os séculos XVI e XVII, cujas características fundamentais foram as seguintes:

[...] a utilização crescente das armas de fogo, as transformações subsequentes no sistema de defesa, com as fortalezas de traço italiano substituindo a rede secular de fortificações medievais, o declínio da cavalaria em favor da infantaria, o aumento expressivo do contingente dos exércitos e sua profissionalização (PUNTONI, 2002, p. 93).

O primeiro fator de inovação - ocorrido entre os séculos XVI e XVII - referente ao tipo de armamento utilizado pela infantaria foi a introdução da lança ou pique, visando conter os ataques da cavalaria inimiga. Mas, a transformação mais significativa teria sido provocada pela chegada dos arcabuzes e mosquetes, que passaram a assumir um papel cada vez mais central no poder de ação desempenhado pelos exércitos (HESPANHA, 2003, p.11-12.)

Contudo, essas novas armas apresentavam dificuldades para sua utilização, pois, seu manejo era lento e complicado: eram apoiadas em forquilhas, exigiam o

acendimento da mecha para efetuar o disparo e tinham que ser recarregadas constantemente. Por causa disso, o pique ou lança continuou sendo utilizado a fim de compensar os problemas apresentados pelas armas de fogo; isso explicaria porque em alguns exércitos europeus, como o Alemão, por exemplo, o número de lanceiros ainda era superior ao de arcabuzeiros, já no final do século XVI. (BRAUDEL, 1996, p. 353)

A supremacia do pique só começou a se enfraquecer com a invenção da espingarda em 1630, com o uso do cartucho de papel e da baioneta, que por sua vez combinava o poder da arma branca com a eficiência da arma de fogo. No entanto, tais mudanças não ocorreram de forma homogênea pelos vários exércitos atuantes naquele período. No início do século XVII, os exércitos militares turcos ainda dependiam consideravelmente da atuação de seu grupo de arqueiros (Ibidem, 358).

As armas a roldete passaram a se difundir na Europa, juntamente com o deflagrador a mecha, ainda no século XVI, onde o principal modelo eram as pistolas e escopetas muito utilizadas pelos dragões. Seu mecanismo de funcionamento era o seguinte: “uma rodinha estriada, à qual se dá corda, gira ao se apertar o gatilho e tira faísca de uma pirita de ferro” (ALENCASTRO, 2000, p. 372). Dessa maneira, o disparo tornava-se mais fácil, pois não era preciso ascender a mecha. Na segunda metade do século XVII tornaram-se comuns as armas a pederneira, mais baratas do que os modelos mencionados anteriormente, eram “munidas de um cão provido de uma pedra de sílex, a pederneira, nas quais a fagulha se produzia pelo impacto direto numa peça de aço sobre a bacineta de pólvora”. (Idem).

O crescimento do número de armas de fogo nas tropas de infantaria foi aumentando progressivamente o que teria levado a algumas reformas táticas. A primeira delas foi a introdução do tiro contínuo de infantaria, que se tornou possível através da substituição sucessiva das filas de atiradores, onde um grupo de soldados disparava enquanto o outro se retirava para recarregar a munição. Esse processo aumentava o poder de fogo da unidade, mas exigia um equilíbrio de movimentos e uma organização das tropas em linha para diminuir a exposição do alvo em relação ao inimigo. (HESPANHA, 2003, p.13)

Além disso, a prática de tal manobra e o uso das armas de fogo exigia disciplina e o domínio de técnicas elaboradas que permitiam uma execução precisa das ações. Manobras complexas requeriam, por sua vez, uma voz de comando mais perceptível, dessa maneira, foram criados postos de suboficiais nas unidades menores, compondo ainda mais a hierarquia dos terços militares (Ibidem: p.13-14).

Quanto ao desenvolvimento da artilharia - especificamente no que tange ao aperfeiçoamento das armas empregadas nessa facção do exército - Fernand Braudel relaciona aos chineses o mérito do descobrimento da pólvora, que já seria fabricada

por esse povo desde o século IX a partir de uma mistura de salitre, enxofre e carvão de madeira em pó. No entanto, o mesmo autor aponta para um atraso dos chineses no que se refere ao uso de tal força como tática de guerra, argumentando que a partir do século XV a técnica de produção dos instrumentos de artilharia desenvolvida pelos Europeus superava à dos asiáticos, somando-se a isso a dificuldade que os orientais apresentavam no manejo de tais armas (BRAUDEL, 1996, p.353).

Francis Albert Cotta argumenta que a pólvora teria sido introduzida na Europa pelos árabes - provocando o aperfeiçoamento da artilharia - e posteriormente levada para Macau pelos lusitanos. Seu argumento dá a entender que o produto não teria sido inventado pelos chineses, o que fica ainda mais evidente quando demonstra que a partir de 1520 os portugueses teriam transmitido significativas técnicas referentes à produção de armamentos para a China e com isso a região passaria a se destacar como um importante centro de fabricação de espingardas, pistolas e canhões de bordo do tipo português. (COTTA, 2005, p.3)

Não é nossa intenção apontar qual dos historiadores está com a razão no que se refere à invenção da pólvora, o que nos importa realmente é enfatizar que em ambos os casos a China desempenhou um papel significativo para o desenvolvimento da indústria bélica, não só por causa de suas invenções, mas também pela sua capacidade de assimilar e aperfeiçoar técnicas estrangeiras que foram fundamentais para o seu auto- desempenho na produção de armamentos, podendo assim fornecer os produtos para outras regiões.

Inicialmente as peças de artilharia eram curtas, de pequeno alcance e comportavam pouca munição. No final do século XIV e início do XV o tamanho foi aumentando e esses instrumentos tornaram-se, muitas vezes grandes bombardas ou gigantescos tubos de bronze apoiados sob suporte de madeira. O aumento da proporção trouxe consigo um grande problema: a questão do deslocamento, que era tão difícil que muitas vezes as armas podiam ser roubadas pelas tropas inimigas. A partir desse entrave desenvolveu-se, uma artilharia de grande calibre, que permitiu um maior grau de mobilidade, pois os objetos eram puxados por animais, especialmente bois e cavalos e que substituiu os projéteis de pedra pelos de ferro (BRAUDEL, 1996, p.354-355).

A utilização das armas de fogo e das peças de artilharia transformou a guerra em uma arte baseada em saberes específicos. Era preciso dominar as técnicas de fabricação dos armamentos – especialmente no que tange ao trabalho de fundição dos materiais –, conhecer dados básicos sobre os processos químicos que envolviam o fabrico da pólvora e desenvolver exercícios geométricos que permitissem calcular as trajetórias dos projéteis de artilharia. Somava-se ainda o esforço no sentido de dar uma formação adequada a soldados e oficiais, o que, no caso

de Portugal, até o século XVI era feito nos fortes do Norte da África e da Índia e, após o século XVII, nos campos de batalha em que os exércitos lusitanos se envolviam (HESPANHA, 2003).

Contudo, o desenvolvimento de tais saberes científicos ocorreu tardiamente em Portugal, pelo fato deste Reino permanecer mais de 150 anos sem se envolver em conflitos militares nos territórios europeus, sendo assim, o conhecimento da arte da guerra não era dos mais destacáveis naquela sociedade. Tal fato gerava, entre outros aspectos, o caráter insubordinado dos soldados, que não submetiam seus esforços pessoais aos desígnios das esferas superiores de comando (Ibidem).

Podemos dizer que, nesse caso, a tradição militar lusitana – e seu respectivo sucesso na empresa colonial - foi baseada nas experiências ultramarinas acumuladas ao longo do tempo, onde a regularidade da guerra moderna não se fazia presente, muito pelo contrário, o que havia era uma adaptação aos contextos locais, especialmente no que se refere às condições naturais e ao contato com modo de guerrear dos povos nativos. Dessa maneira, era comum a ação sorrateira e silenciosa que se casava com a prática de emboscadas, negaças e artimanhas; estratégias completamente abominadas pelos tratados de guerra modernos (PUNTONI, 2002).

Mas é preciso salientar que, o fato dos exércitos portugueses não respeitarem as novas regras estabelecidas pela Revolução Militar, não significa que os mesmos dispensassem do uso das armas de fogo em suas empreitadas. Nesse sentido, Alencastro observa a presença de armas a roldete ou a percussão – como mosquetes, espingardas, escopetas e pistolas - tanto nas batalhas africanas como nos conflitos ocorridos no Brasil ainda na primeira metade do século XVII, o que teria ocorrido nos demais exércitos e na América do Norte somente depois de 1640. (ALENCASTRO, 2000, p.371-374)

Aspectos da cultura militar na América Portuguesa

Observando o processo de colonização do sertão nordeste do Brasil, Puntoni (2002) constatou que a atuação das milícias durante o processo de resistência à dominação holandesa se baseou tanto no uso das armas fogo e na arregimentação de oficiais e soldados oriundos ou descendentes da sociedade européia - cuja experiência militar havia sido iniciada nos palcos de guerra do Velho Mundo - como também no aproveitamento da “arte militar” nativa. Durante expedições específicas, principalmente aquelas voltadas para o sertão, os índios domésticos participavam, na maioria das vezes, ocupando a posição de flecheiros. A atuação desses últimos era tão importante, que chegava a definir as características das atividades militares, lembradas muitas vezes pela crueldade e por não garantir quartel aos prisioneiros (PUNTONI, 2002, p.189-191).

A chamada “guerra brasílica” teria prevalecido nas regiões litorâneas até a expulsão dos holandeses, pois, a partir daí, tal estratégia só seria usada nas investidas pela conquista do sertão e conseqüentemente nos conflitos travados contra tribos hostis e na luta pela aniquilação dos quilombos. No litoral, as regras oriundas da revolução militar passam a ser aplicadas no intuito de conter as invasões estrangeiras. (Ibidem, p. 196-202).

O caráter misto da guerra pode ser percebido no contexto do descobrimento das Minas. Em trabalho recente Adriana Romeiro, apostando na etnografia das práticas militares como o instrumento que possibilita a percepção das concepções e valores compartilhados pelos sujeitos envolvidos em um determinado conflito, analisou o caráter diverso dos padrões de combate apresentados por paulistas e forasteiros durante a Guerra dos Emboabas, situação que se relaciona diretamente com as diferenças culturais que distanciavam esses dois grupos (ROMEIRO, 2008, p. 180).

Sendo assim, a autora percebe que os emboabas basearam suas ações em táticas militares que seguiam os padrões determinados pela Revolução Militar e que haviam se estabelecido como regra no âmbito dos exércitos europeus. Essa seria uma estratégia usada por esse segmento dos primeiros povoadores para forjar uma imagem de fiéis vassalos da Coroa em detrimento da bárbara e insubmissa “Gente do planalto,” ainda adepta da guerra brasílica (Ibidem, p.205). Baseando-se em relatos presentes no Códice Costa Matoso, em correspondências enviadas pelos chefes locais ao governador do Rio de Janeiro, nas Atas da Câmara da Vila de São Paulo, entre outras fontes, a autora observa diferenças significativas nas formas de luta, no armamento e nas estratégias usadas por ambas as partes (Ibidem, p.180).

A abordagem de Romeiro está centrada especialmente nas regiões de Sabará, Caeté e na comarca do Rio das Mortes, onde os embates foram mais intensos exatamente porque esses locais apresentavam uma menor disparidade entre o número de habitantes paulistas e forasteiros. Os arraiais onde a maior parte da população era constituída pela “Gente do Planalto,” como Ouro Preto e Vila do Carmo não teriam se envolvido de forma tão intensa nos conflitos (Ibidem, p.213). Entretanto, os ares de incerteza e medo se espalharam por toda a região das Minas no final da primeira década dos setecentos, quadro que se tornou ainda mais conturbado quando os emboabas começaram a espalhar boatos que construíam uma imagem negativa em relação aos paulistas.

Alguns relatos referentes ao conflito acima mencionado informam sobre a existência de fortificações construídas pelos emboabas como estratégia de defesa contra os ataques do adversário. Através das memórias de um autor anônimo é

possível observar indícios de que tais fortalezas eram de pau-a-pique e possuíam fosso de terra.¹

As casas de alguns poderosos locais possuíam uma estrutura diferenciada, capaz de resistir ao poder de fogo dos grupos rivais. Era o caso, por exemplo, da residência do chefe emboaba Manuel Nunes Viana, localizada no arraial do Caeté, “por ser casa forte e ter um grande pátio com estacada à roda.”² A construção de fortes era uma tática importante para os forasteiros, especialmente nos momentos em que seu contingente de homens e seu número de armas era menor do que o apresentado pelos adversários, pois, dessa maneira tinham maior possibilidade de se proteger, apesar do poder de mira se tornar menos certo, pelo fato do inimigo se posicionar longe dos cercados.

Podemos observar tal momento de desvantagem através do cerco que os paulistas fizeram aos seus adversários na região do Rio das Mortes, onde os primeiros se apresentaram com um exército equipado com mais de sete mil armas e os últimos contavam com pouco mais de trezentas, mas dispunham da proteção de uma fortaleza e por isso sofreram um menor número de baixas³. A opção por utilizar construções fortificadas constitui uma característica que se aproxima das técnicas européias de combate, apesar das condições rudimentares das referidas instalações.

A prática das emboscadas era uma característica da guerra brasileira e foi uma das principais estratégias usadas pelos paulistas durante os conflitos. Entretanto, os forasteiros também usufruíram de tais práticas em determinados momentos, pois, muitos dos líderes desse grupo eram ambientados nas estratégias da guerra do mato (ROMEIRO, 2008, p. 210-214).

A força bélica indígena era aproveitada especialmente pelos paulistas. Isso, provavelmente seria uma consequência da grande experiência desses indivíduos no processo de apresamento e de exploração da mão-de-obra nativa, o que segundo Renato Pinto Venâncio pode ser constatado para o termo de Mariana até a segunda década do século XVIII (VENÂNCIO, 1997, p. 165-166). Para conter o avanço paulista no Rio das Mortes, os forasteiros se viram obrigados a pedir reforços

¹ Relação de um morador de Mariana e de algumas coisas mais memoráveis sucedidas. Data: Ca.1750. Autor: Anônimo. *Códice Costa Matoso*, p.200.

² *Ibidem*, p.203.

³ *Idem*, p.200. Em relação ao cerco do Arraial Novo Romeiro afirma - com base na correspondência de Antonio de Albuquerque enviada ao rei D. João V- que as forças paulistas eram compostas por um exército que não ultrapassava o número de 2.000 homens. *Cf.* ROMEIRO, Adriana. As artes da guerra. In: *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Idéias, práticas e imaginário político*. BH: Editora UFMG, 2008.p. 195. Neste caso, esbarramos no problema das discrepâncias entre os relatos que tratam do conflito, entretanto o que nos interessa é mostrar a importância das fortificações para o grupo emboaba, especialmente nos momentos de desvantagem.

aos seus aliados da região de Ouro Preto, alegando que os adversários possuíam em torno de 7 mil armas além de “muitos índios de arcos.”⁴

Percebe-se, então, que a presença de um contingente nativo em seu grupo fortalecia os paulistas na luta contra os “forasteiros” pela defesa de seu espaço na região das Minas durante a Guerra dos Emboabas. Além disso, no ambiente inóspito enfrentado por esses indivíduos, tal característica aumentava o potencial de superação das adversidades naturais, especialmente aquelas relacionadas à procura de alimentos, e os tornavam mais aptos a enfrentar possíveis ataques de tribos hostis que encontravam em seu percurso.

A praticidade era uma das principais características dos armamentos indígenas, pois eram fabricados com material facilmente encontrado na natureza, dispensavam o complicado processo de carregamento da munição característico das armas de fogo e não apresentavam defeitos diante das alterações climáticas, como a chuva, por exemplo. Além disso, esses instrumentos eram muito eficientes no que tange ao seu poder de alcance. O arco e flecha eram dos principais exemplares desse arsenal.

Através das notícias sobre as taquaras, cipós e diversas comidas preparadas com milho em Minas Gerais, informadas por um autor anônimo⁵, podemos perceber que o bambu, ou taquara, era o material que servia de base para a fabricação de objetos cortantes e flechas, que, apesar de serem rudimentares, possuíam um poder de penetração muito grande:

Há também o taquequicé, que quer dizer taquara de faca, porque, rachadas, ficam com gume como faca, de sorte que dão golpes penetrantes, e por esse respeito o gentio delas usam, e aparadas com faca e levemente tostadas ao fogo fazem as pontas das suas flechas com que violentamente trespassam, sendo seus arcos paus fortíssimos, que desse instrumento se valem para matarem os mais ferozes animais. Para hastes destas pontas, serve o taquaratã, por serem mais delgadas, ou outras canas a que chamam cabajuvus; engastadas com penas de ave grandes, como jacus e araras, ficam preparadas, que no idioma do gentio quer dizer iubá, e quando querem dizer a muita flecha dizem quiraibá.⁶

Em seu livro *o Extremo Oeste*, Sérgio Buarque de Holanda (1986) enfatiza as vantagens apresentadas pelas armas de origem nativa durante os primeiros anos de ocupação da América Portuguesa e relativiza o papel que as armas de fogo

⁴ Relação de um morador de Mariana e de algumas coisas mais memoráveis sucedidas. Data: Ca.1750. Autor: Anônimo. *Códice Costa Matoso*, p.206.

⁵ Notícias das taquaras, dos cipós e das muitas comidas que se fazem de milho nas Minas. Data: Ca. 1750. Autor: Anônimo. *Códice Costa Matoso*, p.782.

⁶ Idem.

teriam desempenhado para o desbravamento do sertão, pois segundo sua análise, as armas europeias apresentavam vários problemas em sua utilização, tais como: o complicado processo de carregamento da munição; a sensibilidade das peças à umidade do clima; a inviabilidade apresentada pelas armas movidas à mecha, pois essas, só funcionavam com o auxílio de duas pessoas- uma para ajustar o cano da arma no ombro e outra que fazia a pontaria e efetuava o disparo- além disso, o acendimento da mecha dava sinais da localização do grupo ao inimigo. (HOLANDA, 1986)

Após a invenção da forquilha de suporte, o problema de sustentação foi resolvido para aqueles que enfrentavam as empreitadas a pé. Somente com a invenção do revólver, no século XIX, as deficiências do armamento europeu foram sanadas. Com essa nova arma, o atirador podia acertar o alvo com precisão, mesmo estando montado. Sem contar com o fato de o processo de carregamento ser bem mais simples, além do maior potencial de disparo e da resistência em relação aos ambientes úmidos (Ibidem).

A descrição apresentada por Holanda (1986) é bastante rica e traz valiosas informações sobre os obstáculos enfrentados pelos europeus no processo de conquista do novo mundo. Entretanto, a análise do autor é direcionada pelo caráter conflituoso da relação que se constituiu entre brancos e índios durante o período colonial, em detrimento das redes de reciprocidade que muitas vezes eram estabelecidas entre essas partes. Dessa maneira, as desvantagens apresentadas pelos exércitos europeus tomam grandes proporções e a consequência disso seria certa desvalorização da importância das armas de fogo nesse processo. (Ibidem)

Importância das armas no contexto da conquista e povoamento das minas

A análise feita por Holanda (1986) nos provoca algumas dúvidas. Afinal, qual teria sido a importância das armas de fogo no processo de colonização? Se os colonizadores eram belicamente mais fracos, qual seria o segredo do seu sucesso?

Possivelmente, o sucesso dos conquistadores estava relacionado com a já mencionada capacidade desses indivíduos de assimilar a tradição militar inerente a outras culturas, fato que pode ser percebido através da atuação paulista na região das Minas. Através das alianças estabelecidas entre conquistadores e algumas tribos indígenas e também do processo de escravidão, as armas de origem nativa passavam a ser aplicadas contra o universo social dos próprios aborígenes. Além disso, o seu uso se tornava mais eficiente em um contexto onde as comunidades indígenas sofriam com o ataque às suas estruturas sociais e com a proliferação de vários tipos de doenças, contra as quais eles ainda não tinham resistência.

Entretanto, é preciso lembrar sempre que o caráter misto das táticas de combate não exclui a importância de nenhum elemento que compõe o conjunto de tais estratégias. Mesmo com todos os inconvenientes acima mencionados no tópico anterior, a função desempenhada pelas armas de fogo pode ser demonstrada em várias fontes documentais referentes ao processo de conquista dos domínios coloniais, como por exemplo, nas consultas feitas ao Conselho Ultramarino, nas cartas patentes, nos relatos de viajantes e sertanistas.

De acordo com a perspectiva de Luiz Filipe de Alencastro (2000), as armas de fogo tiveram uma importância significativa no contexto das guerras ultramarinas, fato que pode ser observado em várias regiões africanas. Para ele, nas lutas ocorrias em clareiras ou em campo aberto, os disparos de espingardas eram fundamentais para desbaratar as forças de ataque inimigas e como prova de seu argumento aponta vários casos onde chefes locais foram mortos à bala. Acrescenta ainda que a posse de armas de fogo fazia parte tanto do universo dos conquistadores como das populações nativas. (Idem, p. 373-374.)

O processo de desbravamento e ocupação das Minas não foge ao contexto acima mencionado, pois nesse período o poder de atuação dos indivíduos também dependia muito do uso das armas de origem européia. Nas longas viagens enfrentadas pelos sertanistas as armas de fogo e algumas armas brancas, como espadas, espadins e punhais, compunham as forças do grupo, juntamente com o uso das técnicas nativas. Isso explicaria o grande esforço apresentado por alguns atores desse quadro no sentido de adquirir ou manter a posse de tais instrumentos.

Quando assumem a empreitada iniciada por Antônio Rodrigues Arzão- que visava desbravar os sertões da Casa da Casca- as iniciativas de Bartolomeu dos Santos e seus companheiros caminharam no sentido de garantir o abastecimento de alimentos e o aprovisionamento de armas e munições. Dessa maneira, quando a bandeira de Salvador Fernandes Furtado e Francisco Pedroso deixou os sertões do Caeté também em direção à casa da Casca e se encontrou com a primeira no local denominado Itaverava:

[...] quis [...] Miguel de Almeida melhorar as armas inferiores que trazia, comendo troca delas com as que trazia [...] Salvador Furtado, e lhe prometeu de volta por uma clavina e uma catana todo o ouro que se houvesse tirado entre os de sua comitiva. Conveio o dito coronel no trato [...] por socorrer a quem ficava entregue a mais perigos com melhores armas.⁷

⁷ Notícias dos primeiros descobrimentos das primeiras Minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. Autor: Bento Fernandes Furtado. Data: Ca. 1750. *Códice Costa Matoso*, p.171.

O grupo responsável pelo povoamento do Rio das Velhas também enfrentou dificuldades para ter acesso às armas de fogo e mantê-las sob o seu poder. Quando a comitiva de D. Rodrigo chegou à região, alegando ter ordens da Coroa para continuar o trabalho de descobrimento dos metais e esmeraldas, o mesmo tentou se apropriar da munição (pólvora e chumbo) que compunha o arsenal da expedição liderada por Manoel de Borba Gato. Essa atitude acabou por provocar um conflito entre as partes, pois o paulista alegou que estava à espera de seu sogro, Fernão Dias Paes, para continuarem naquela mesma diligência e no final do acontecido, D. Rodrigo acabou sendo morto por seus adversários.⁸

Através desse episódio podemos notar uma relativa resistência dos paulistas em relação à interferência da Coroa no processo de conquista dos sertões auríferos. Sendo assim, se a munição fosse entregue a Dom Rodrigo, os sertanistas estariam fortalecendo a ação das autoridades régias nos novos domínios, além disso, Dias Paes havia recebido a patente de governador e administrador das esmeraldas, sendo assim, a atitude da Coroa ao enviar outro representante responsável pela empreitada acabava atropelando a posição ocupada pelo sertanista.⁹

As armas originárias do Velho Mundo ganhavam cada vez mais importância na medida em que a mão-de-obra africana, gradativamente, se sobrepunha em relação ao trabalho ameríndio, o que pode ter contribuído na diminuição do uso das armas nativas.¹⁰ Outro fator que contribuiu para a valorização do arsenal branco foi a mudança na própria natureza dos conflitos. Se durante o processo de conquista e ocupação predominavam as lutas contra as tribos que habitavam a região e as disputas entre os potentados locais, que tinham como motivação a distribuição das melhores lavras e a definição dos lugares de mando, num segundo momento, os povoadores vão se valer de seu poderio bélico para manter a ordem estabelecida.

⁸ Notícias do descobrimento do Rio das Velhas. Autor: Bento Fernandes Furtado. Data: Ca. 1750. *Códice Costa Matoso*, p. 185-187.

⁹ Para discutir a importância das armas européias durante o desbravamento das Minas, utilizamos um relato referente à região do Rio das Velhas, entretanto, achamos viável nos valer de tal documento visto que a importância desses armamentos parece ser um elemento comum ao processo de ocupação como um todo. Além disso, quando da chegada dos primeiros povoadores não havia divisões jurisdicionais o que só ocorreu em 1714 com a criação das comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas. *C.f.* PIRES, Maria do Carmo. O termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/ Mariana e suas freguesias no século XVIII. IN: CHAVES, Cláudia Maria; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP. 2008. p.24-44.

¹⁰ Venâncio afirma que até a década de 1710 a mão-de-obra silvícola correspondia por 16 a 23% do total de escravos presentes no termo da Vila do Carmo. Mas posteriormente, esses números tendem a cair cada vez mais devido ao abandono das atividades de apresamento por parte descendentes dos bandeirantes, às baixas taxas de natalidade apresentadas pelas comunidades nativas, à alta taxa de mortalidade característica desse mesmo grupo e finalmente, às possíveis manumissões concedidas pelos senhores e às fugas praticadas pelos cativos. *C.f.* VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista brasileira de História*. [online]. 1997, vol.17, n.34. p.168-178.

Então, as armas passaram a ser usadas para conter os motins realizados por “vassallos rebeldes,” (ANASTASIA, 1998) para dismantelar quilombos e, é claro, como instrumento de defesa pessoal, visto que naquela época a violência era latente e podia se manifestar através do ataque de salteadores, da revolta de um cativo ou de uma corriqueira briga entre vizinhos.

Podemos dizer que o espaço dos arraiais e vilas se tornou mais propício ao uso das armas de fogo se considerarmos as seguintes questões: alguns embates contra os povos nativos ainda aconteciam mas, na medida em que a postura dos colonos em relação aos primeiros deixava de ser ofensiva para se tornar defensiva (VENÂNCIO, 1997, p.174) grande parte das lutas não se travava mais no seio de matas virgens, ambiente que dificultava em demasia o uso das armas de fogo, devido à intensa umidade, aos transtornos relativos ao transporte e manejo das mesmas. No caso da contenção de motins, a ação se baseava essencialmente no envio de tropas responsáveis por prender os envolvidos, sendo assim as armas serviriam como elemento inibidor da resistência adversária.

Mas, caso houvesse a necessidade de atacar ou contra-atacar haveria a possibilidade de realizar a empreitada quando as condições climáticas estivessem mais propícias, além do que, os disparos poderiam ser efetuados em locais fechados, como casas ou tabernas, por exemplo. No caso dos ataques aos quilombos a situação se tornava um pouco mais complicada, visto que muitas vezes esses agrupamentos se localizavam em locais inóspitos e que poderiam abrigar fugitivos de origem indígena. Neste caso, a permanência de táticas referentes à “guerra brasílica” ainda poderia ser um fator comum, entretanto, a historiografia que trata desse fenômeno em Minas Gerais aponta para a grande importância das armas de fogo no combate aos quilombolas.

Um requerimento enviado por João de Mena Barreto, tesoureiro dos defuntos e ausentes da Vila do Carmo, em 1732 nos traz alguns indícios significativos para a compreensão da importância que as armas européias vão adquirindo nas Minas setecentistas. Nesse documento o suplicante requer uma provisão régia “para que tanto ele como seus criados possam usar livremente de todas as Armas que lhe forem necessárias/ para segurança de suas vidas e fazenda de Vossa Majestade”¹¹

Neste caso, uma pergunta torna-se inevitável: a quais tipos de armas o tesoureiro Mena Barreto se referia? Podemos supor que seu pedido estivesse direcionado às armas de fogo, pois diante da análise das várias leis referentes ao porte e uso de

¹¹ AHU. Requerimento do licenciado João de Mena Barreto, Tesoureiro dos Defuntos Ausentes, Resíduos e Capelas da Vila do Ribeirão do Carmo solicitando provisão para usar armas na Capitania de Minas Gerais. CX:22, DOC: 68, 15/12/A732.

armas não encontramos nenhuma proibição relativa ao uso de armas indígenas. Além disso, o parecer do Conselho Ultramarino autorizando a concessão demonstra que para a Coroa era necessário que alguns indivíduos, mais especificamente aqueles que lhes prestavam serviço, tivessem condições de constituir uma força bélica, decisão que destoava da política de desarmamento implementada pelas autoridades régias durante o período colonial. (SALES, 2009)

Considerações finais

A Revolução Militar foi um processo que não ocorreu de forma simultânea e homogênea nos Estados europeus. O caso de Portugal guarda especificidades muito significativas na medida em que as novas regras foram incorporadas à sua tradição militar tardiamente, não só pelo fato desse país ter ficado por um longo tempo afastado do palco das guerras na Europa, mas, especialmente porque, as transformações no âmbito de “fazer a guerra” dos lusitanos ocorreram sempre relacionadas aos conflitos travados no ultramar, esses por sua vez, permeados por táticas e armas oriundas das culturas locais.

Nas regiões litorâneas da América portuguesa as táticas padronizadas pela Revolução, dividiram espaço com as estratégias militares características dos povos indígenas até a expulsão dos holandeses. Entretanto, a “guerra brasílica” permaneceu presente durante o processo de conquista do sertão, na luta contra tribos hostis e no trabalho de destruição de quilombos.

No caso das Minas, durante o desbravamento do sertão e no início de sua ocupação, o uso da força armada indígena, assim como a utilização de armamentos como o arco e a flecha era uma prática comum aos paulistas, já as estratégias militares baseadas na prática de emboscadas, na fuga para o mato nos momentos de desvantagem e a crueldade para com os inimigos capturados, eram elementos que compunham tanto as práticas da “gente do planalto” quanto dos forasteiros, mas, esses últimos de forma mais velada. (ROMEIRO, 2008, pp. 179-225)

A gradativa opção, por parte dos povoadores (especialmente os paulistas que historicamente se mostraram mais afeitos à cultura indígena), de utilizar cada vez mais as armas de origem européia em detrimento dos armamentos nativos, pode estar relacionada a vários fatores: o primeiro deles seria a própria diminuição da mão de obra nativa, em segundo lugar destaca-se o fato de que cada vez mais os conflitos passavam a ocorrer em ambientes menos inóspitos, ou seja, nas vilas e arraiais, o que prejudicaria menos o funcionamento das armas de fogo. Além disso, o aperfeiçoamento dos instrumentos bélicos produzidos na Europa aumentava gradativamente a sua eficiência. Soma-se ainda o fato de que a sociedade das Minas estava inserida em um contexto de Antigo Regime, onde símbolos eram utilizados para diferenciar a condição dos indivíduos e esse era o caso das armas.

Finalmente destacamos que a aceitação das regras definidas pela revolução militar por parte da população das Minas, é um elemento que traz indícios sobre as relações de poder que se estabeleciam entre centro e periferia, na medida em que o respeito a tais parâmetros podem demonstrar um sinal de aliança, ou aproximação com a Coroa.

Fontes

Documentos manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Centro de Memória Digital, UNB- Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd- rom.

- Requerimento do licenciado João de Mena Barreto, Tesoureiro dos Defuntos Ausentes, Resíduos e Capelas da Vila Do Ribeirão do Carmo solicitando provisão para usar armas na Capitania de Minas Gerais. A732. CX:22, DOC: 68, 15/12.

Documentos impressos

Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. Coord. Geral – Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, estudo crítico Luciano Figueiredo.

Referências

ALENCASTRO, Luis Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul- séculos XVI e XVII*. SP: Companhia das Letras, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV e XVIII- o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Vol.III.

COTTA, Francis Albert. Quando os filhos de marte partem da Lusitânia: Institucionalização e consolidação cultura militar portuguesa. *Caminhos da História*. v. 1, Montes Claros. Editora Unimontes, 2005.

HESPANHA, Antonio Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Extremo Oeste*. SP: Brasiliense, 1986.

PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/ Mariana e suas freguesias no Século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de veranço de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008, p. 24-44.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil: 1650-1720. SP: Edusp, 2002.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Idéias, práticas e imaginário político*. BH: Editora UFMG, 2008.

SALES, Izabella Fátima O. de. Difusão, status social e controle de armas na Mariana setecentista (1707-1736). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista brasileira de História*. [online]. 1997, vol.17, n.34, pp. 165-181.

